

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 2

*Francisco*  
*Diogo*

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro, do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro, sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e José Fernando da Silva Caldeira Betencourte, respectivamente primeiro e segundo Secretários eleitos, e com a presença dos Vogais Rogério da Silva Leitão, José Luís Rebocho de Albuquerque Cristo, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, António dos Santos Costa, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Carlos Vicente Ferreira, António Rocha Dias de Andrade, Alberto Augusto Faria dos Santos, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Bentencourt, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerônimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes, António Norberto da Silva Correia, Amândio Ferreira Canha Júnior, Libério da Silva Santos, Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21.15 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais José Arménio Sequeira Pereira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Gilberto Parca Madail, António José Valente, Manuel Simões Madail.

De imediato, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de falta apresentados pelos Vogais António José valente e José Arménio Sequeira Pereira, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Vogal Carlos Jerônimo tomou a palavra para saudar a mesa e os membros da Assembleia, afirmando que o fazia intencionalmente na primeira reunião de trabalho, desejando que a acção e a eficácia da nova Assembleia fossem de molde a corresponder aos anseios das populações. Solicitou depois esclarecimentos relativamente ao ponto da situação dos Relatórios e Contas de Gerência dos anos transactos.

Flores  
Avelar  
2

Usou ainda da palavra o Vogal Faria dos Santos para tecer algumas considerações alusivas ao problema da não apresentação dos Relatórios e Contas de Gerência dos anos transactos.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara para dar nota de que a Câmara através da acção dos seus membros, tudo fará para manter um bom relacionamento com a Assembleia Municipal, nomeadamente no que respeita ao espírito de colaboração e diálogo, estando certo de que igual procedimento será a nota dominante de todos os membros desta Assembleia, pois que, só deste modo, se poderá lutar na defesa dos interesses do Conselho de Aveiro.

Entretanto abandonou a sala o Vogal Libério Santos.

Reportando-se às alusões feitas sobre os Relatórios e Contas de Gerência dos anos transactos, começou por dar nota de que o facto de tais documentos não terem sido apreciados em devido tempo pela Assembleia resulta, fundamentalmente, das dúvidas existentes sobre a obrigatoriedade ou não de serem aqueles documentos apreciados pela Assembleia sem que o Tribunal de Contas tivesse emitido o parecer sobre o seu julgamento. Assim, perante tal situação, ficou entendido nesta Assembleia em anteriores mandatos que as Contas de Gerência e os Relatórios só deveriam ser presentes à Assembleia após a emissão do parecer do Tribunal de Contas, facto que só ocorreu em 1985.

Mais esclareceu que, passados alguns anos, a tarefa da elaboração dos relatórios torna-se um pouco difícil, situação que entende não deverá ser repetida no futura.

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara deu nota de que, embora a Lei determine que nas sessões ordinárias da Assembleia seja feita comunicação acerca da actividade municipal, seria repetitivo fazê-lo no momento presente já que, conforme consta na Ordem de Trabalhos da sessão em curso, está incluída a apreciação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara e Serviços Municipalizados que, fatalmente, implicará uma interligação com a actividade desenvolvida no ano findo e a que se pretende desenvolver.

Contudo adiantou que, desde que os Senhores deputados municipais o desejem, estaria à sua disposição para esclarecer as dúvidas que eventualmente queiram pôr.

Assim, tomou a palavra o Vogal Jorge Nascimento para se reportar à problemática das eclusas e às notícias que têm sido veiculadas relativa

F. J. J. . 3 .  
[Handwritten signatures and initials]

mente a aspectos técnicos que afectam o funcionamento de tão grande e importante investimento e, nesse contexto, solicitar do Presidente da Câmara os esclarecimentos tidos por fundamentais e tendentes a dissipar quaisquer dúvidas que subsistam.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo corroborou as considerações acabadas de tecer sobre as eclusas e solicitou esclarecimentos relativamente às notícias veiculadas na imprensa sobre a posição assumida pela Câmara quanto à Região de Turismo " Rota da Luz ".

Concluindo a sua intervenção e reportando-se, ainda, a notícias publicadas na imprensa, solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto da situação da obra construção da Passagem Superior da Avenida 25 de Abril.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Manuel Gaspar Fernandes para tecer algumas considerações inerentes às atribuições das Freguesias e salientar que, não tendo as Freguesias situadas na área urbana da cidade de Aveiro tantas obras a realizar como as restantes, deveria o executivo camarário ter em conta tal facto e prever uma melhor distribuição de verbas por forma a dotar as Freguesias situadas na área rural do Concelho com os meios necessários para corresponder aos anseios das populações.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal Faria dos Santos para proceder à análise da intervenção do Presidente da Câmara, começando por salientar não ter ficado convenientemente esclarecido no que concerne ao não cumprimento dos preceitos legais que regulamentam a apresentação dos relatórios e Contas de Gerência à Assembleia Municipal. Todavia, manifesta a congratulação da sua bancada pela promessa formal feita pelo Presidente da Câmara de que, até Abril, seriam todos os documentos não analisados apresentados para apreciação, pese embora as dificuldades que concertiza irão surgir na análise dos mesmos pelos eleitos que integram o presente mandato deste Órgão Autárquico.

Ainda no uso da palavra, e porque aguardava com algumas expectativa que na sua comunicação o Presidente da Câmara explanasse, embora sinteticamente, a acção que pensa desenvolver no novo mandato agora iniciado, nomeadamente quanto às grandes opções do plano no que diz respeito ao desenvolvimento deste Concelho e quais as orientações que vão ficar expressas naquele documento, aquele Vogal manifestou a sua desilusão por tal não ter sido feito.

Também no uso da palavra, o Vogal Fernando Tavares Marques, ao reportar-se às considerações tecidas pelo Vogal Gaspar Fernandes, deu nota de que a Junta de Freguesia da Glória incluiu no seu orçamento uma verba de cerca de oitocentos contos para aquisição de terrenos na zona de Vilar a fim de poder ser construído um centro de convívio naquela zona. Feita esta afirmação, aquele Vogal salientou que, embora não pretenda criticar as considerações tecidas, à Jun

*Hoje*  
*Luiz*  
*ms* . 4 .

ta que integra procura fazer uma gestão própria e atenta sem esperar que seja a Câmara a dar solução aos seus problemas.

De seguida, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para, no seguimento das intervenções dos Vogais Gaspar Fernandes e Fernando Marques, dar nota de que, embora pareça que a Junta de Freguesia de Eixo está beneficiada no plano de actividades da Câmara, tal não corresponde à verdade já que a grande maioria das obras ali inscritas estão programadas desde há vários anos.

Mais referiu aquela Vogal que, como de costume, o Plano de Actividades da Câmara continua a não ser acompanhado de uma memória descritiva das prioridades facto que dificulta a análise daquele documento, situação agravada por não ter sido feita pelo Presidente da Câmara uma comunicação acerca da actividade municipal desenvolvida.

Ainda no uso da palavra, aquela Vogal pretendeu saber quais as empresas que projectaram e executaram as eclusas e, ainda, se a Câmara tem exigido que sejam salvaguardadas, no acto de construção, dos prédios mais altos, as medidas de protecção contra incêndios, tentando, assim e desde que tais medidas não sejam tomadas, sensibilizar a Câmara para que fossem as mesmas garantidas.

No seguimento das questões colocadas, tomou a palavra o Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por fazer uma abordagem à problemática das eclusas e referir que têm surgido e havido afirmações sobre aquele projecto que apenas merecem da Câmara o silêncio, embora reconheça que a Câmara tenha que ser um órgão aberto à crítica construtiva e tenha que demonstrar serenidade e determinação nos seus actos.

Assim, informou que aquele projecto foi elaborado pela Hidurbe, Gabinete Especializado em Hidráulica e a obra foi executada pela Trange após concurso público.

Relativamente aos problemas técnicos que afectam o seu funcionamento, esclareceu que a Câmara, apesar não estar dotada de técnicos da especialidade, teve sempre a Hidurbe como apoio técnico para salvaguardar quaisquer deficiências. Porém e após parecer emitido pela firma adjudicatória da obra, corroborado pelo gabinete que a planeou, a mesma foi executada sem a estrutura técnica que pudesse obviar a que houvesse ruturas inferiores à lage da sua base, facto que, infelizmente, veio a acontecer.

Todavia, contrariamente ao que tem sido divulgado, a Câmara ainda não fez sequer a recepção provisória da obra, pelo que está garantida a sua reparação sem encargos para a Câmara.

*Flores*  
*Alves*  
*ps*

Ainda no âmbito da problemática das eclusas manifestou a sua indignação por saber que algo de estranho se passa em seu redor, pois até a televisão, e a imprensa em geral através de algumas reportagens, têm tentado demonstrar que existem problemas causados pela obra em causa sem que tivessem procurado esclarecimentos quer junto da Câmara quer junto dos Serviços Municipalizados sobre a notícia de que, por causa das eclusas, nascem esgotos dentro das casas na Beira-Mar.

Concluindo a sua intervenção sobre o tema das eclusas, o Presidente da Câmara deu nota de que, após serem encontradas soluções para os problemas surgidos, a Câmara limitar-se-à a emitir um comunicado esclarecedor da situação.

No âmbito da temática da Região de Turismo da Rota da Luz e da posição anteriormente manifestada pela Câmara, o Presidente da Câmara reafirmou que teria que ser revista a sua posição se não fosse a Comissão Executiva daquele Órgão empossada brevemente, pois que, quer com pessoal quer com o seu próprio funcionamento, a Câmara continuava a suportar encargos daí derivantes situação acrescida e agravada pelo facto de ter deixado de cobrar e receber o imposto de turismo que lhe era devido.

Reportando-se à questão colocada sobre o ponto da situação em que se encontra a execução da Passagem Superior da Avenida 25 de Abril, esclareceu que não existem quaisquer divergências com proprietários de terrenos apenas se verifica que, tecnicamente, as obras não podem ser executadas com as condições climatéricas que se têm verificado.

Face à sugestão apresentada pelo Vogal Gaspar Fernandes de que as Juntas de Freguesia da área urbana não deveriam receber o mesmo valor das receitas atribuídas às da área rural, o Presidente da Câmara deu nota de que foi aquele o critério seguido pela Câmara durante alguns anos. Porém, face do que determina a Lei e por proposta de um Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, começaram a ser respeitados os critérios expressos na Lei, embora possa admitir que não são aqueles os mais correctos critérios pois é verdade que as Juntas da cidade não têm os mesmos encargos que as restantes.

Relativamente às questões e dúvidas levantadas pelo Vogal Faria dos Santos, o Presidente da Câmara prestou pormenorizados esclarecimentos sobre os factos que determinaram a não apresentação, em devido tempo, dos Relatórios e Contas de Gerência dos anos transactos para apreciação da Assembleia. Porém, embora a decisão do facto tivesse sido tomada pela Assembleia, reconhece o seu erro por não ter elaborado os relatórios na devida altura, tarefa que se torna bastante difícil executar passados alguns anos dos factos, considerando, toda

*F. Aguiar*  
*Aguiar*  
*ms* . 6 .

via, que o relatório é um documento muito subjectivo.

Todavia, não pode deixar de contestar algumas afirmações feitas durante a campanha eleitoral para as autarquias de que a Câmara de Aveiro não apresentava as contas ao Tribunal de Contas pois não pode corresponder à verdade de sob pena de a Câmara poder ser dissolvida pelo não cumprimento dos preceitos legais.

Salientou, de seguida, que não efectuou a comunicação formal por entender que o sentido da Câmara tanto quanto ao desenvolvimento do Conceito como em tudo o que diz respeito à vida do Concelho, e não o do seu Presidente como várias vezes tem sido confundido, está expresso no plano de actividades.

Comentando as afirmações feitas pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo no que diz respeito ao plano de actividades nomeadamente no âmbito das obras prevista para as Freguesias, referiu que deverão as Juntas de Freguesia colaborar com a Câmara na execução do seu plano de actividades. Quanto à memória descritiva daquele documento, comprometeu-se a proceder à sua elaboração. No que respeita à protecção dos prédios contra os incêndios deu nota de que, tal como de termina a Lei, são efectuadas as correspondentes vistorias por técnicos da Câmara acompanhadas por um representante de uma das corporações existentes na cidade.

De novo no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo salientou que são evidentes as vantagens se o plano de actividades for acompanhado de uma memória descritiva das grandes prioridades que permita fazer uma análise mais consciente do plano, pois que nem todas as obras planeadas são executadas no ano a que respeita o plano, sendo um dos exemplos o que se passa com algumas obras das Juntas de Freguesia.

Seguidamente tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para fazer um pequeno reparo à intervenção do Presidente da Câmara relativamente aos relatórios e contas pois entende que aquela intervenção criou a imagem de que todas as formalidades legais foram cumpridas e tal não corresponde à verdade já que até agora, nem a Assembleia Municipal nem o Conselho Municipal se puderam debruçar por falta dos elementos necessários para apreciação de tais documentos, nomeada e especialmente os relatórios que são documentos essenciais para a análise não só das contas mas também dos próprios planos de actividades que lhe deram motivo.

De seguida, usou da palavra o Vogal Joaquim Mendonça para se reportar à temática da segurança dos edifícios altos contra incêndios e salientou que, embora o Presidente tenha informado que são sempre efectuadas vistorias por elementos dos bombeiros aos edifícios, as referidas vistorias não salvaguardam nada se, porventura os projectos não forem antecipadamente analisadas e informadas pelos organismos ligados à segurança contra incêndios.

*Flores*  
*Flores*  
*FW* . 7 .

Tomando, de seguida, a palavra, o Vogal Faria dos Santos, no sentido de tentar aclarar algumas das afirmações proferidas e, talvez, não totalmente entendidas, salientou que as afirmações feitas durante a campanha eleitoral, sobre a não apresentação das contas de gerência se reportavam apenas à Assembleia Municipal e não a qualquer outra entidade. Mais referiu que sempre se pretendeu afirmar e defender nas campanhas eleitorais a dignidade dos cabeças de lista às eleições Municipais e nunca se pretendeu confundir a não apresentação de contas de gerência com a dignidade e a verticalidade dos candidatos.

Relativamente à problemática das eclusas manifestou a sua esperança de, efectivamente, os problemas surgidos/<sup>sejam</sup> solucionados para bem da cidade e da importância daquela obra. Contudo, porque pensa que outros problemas se irão levantar, será de todo conveniente que todos se debrucem sobre o tema.

Concluindo a sua intervenção, aquela Vogal aceita que se não deva confundir a opinião da Câmara com a do seu Presidente estando certos de que, por nunca ter aparecido a oportunidade de ver as opiniões devidamente distinguidas, venha tal oportunidade, de a surgir. Declarou, ainda que, tal como afirmou o Presidente da Câmara de que apenas responderia às questões que estão à altura da dignidade desta Assembleia, o comportamento da sua bancada será absolutamente idêntico.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara entende que, dado o elevado interesse de que se revestem as eclusas para a cidade e pese embora ter sido um tema para discussão e análise durante cerca de três anos, se deverá e poderá continuar a discutir o tema. Contudo, não pode deixar de protestar e lamentar que só depois de toda a polémica e estudo de que foram alvo e depois da obra executada é que surja toda uma série de críticas não construtivas. Muito mais úteis seriam tais críticas, desde que construtivas, durante o estudo e debate de todo o processo.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Jorge Nascimento para levantar algumas dúvidas relativamente às críticas efectuadas sobre a não apresentação das contas de gerência à Assembleia Municipal e perguntar se, tendo aqueles documentos sido aprovados pela Câmara Municipal Órgão composto também por elementos afectos ao PSD, não é irresponsabilidade integrar aquele Órgão sem se aperceber da gestão de que faz parte, daí a sua crítica por não ter sabido prestar as devidas informações ao seu grupo representado na Assembleia.

Como declaração de dúvida, manifesta a sua estupefacção pelas declarações efectuadas pelo Vogal Faria dos Santos no que se refere à afirmação de que outros problemas surgirão depois de solucionados os existentes no

*F. Gomes*  
*F. Gomes*

âmbito do contrato de adjudicação efectuado, e entende não ser correcto tal procedimento, pois não se enquadra no espírito de colaboração que deve presidir nos trabalhos deste Órgão.

No seguimento daquela intervenção, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para começar por afirmar que a Assembleia Municipal é Órgão que fiscaliza o trabalho do executivo camarário fiscalização essa que não pode ser nem é anulada pelo facto de haver membros na Câmara que pertençam a quais quer grupos representados na Assembleia Municipal, pelo que não só não é lógica a crítica efectuada como também é infeliz por ter sido feita sem que esteja presente o Vereador visado.

De seguida, tomou a palavra o Vogal José Luis Cristo para perguntar se as críticas efectuadas durante a campanha eleitoral sobre as contas e relatórios foram dirigidos à Câmara, como afirmou o Vogal Faria dos Santos, ou dirigidas ao Dr. Girão Pereira, como afirmou a Vogal Maria Antónia. Ainda no uso da palavra entende aquele Vogal que a questão das contas está suficientemente esclarecida pelo que pretende saber se as considerações tecidas foram feitas em tipo de crítica ou não.

A fim de esclarecer as dúvidas levantadas tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo reafirmando que, o facto de o seu Partido estar representado quer <sup>na Câmara quer</sup> ~~na Assembleia~~, os membros desta não se coíbem de fazer as críticas que entenderem por bem fazer, declarando não ter feito na sua anterior intervenção qualquer tipo de alusão ao problema das contas que, pese embora ser um tema já esclarecido, não deixa de ser verdade não terem sido presentes à Assembleia para apreciação.

Retomando a palavra, o Presidente da Câmara apresentou protesto contra a afirmação feita de que o Vogal Jorge Nascimento é representante da Câmara, pois o grupo do CDS representado na Assembleia é independente da Câmara.

De novo no uso da palavra, o Vogal Fraia dos Santos referiu que os factos relatados durante a campanha eleitoral sobre o não cumprimento de determinados objectivos não poderão afectar o trabalho desta Assembleia e se, porventura, o fizer, é facto para lamentar. Mais salientou que o seu grupo não pretende arrastar para os debates desta Assembleia quaisquer quezílias desenvolvidas durante a campanha eleitoral nem tão pouco pretende louvar apenas as campanhas levadas a efeito pelo PS e pela APU e pelo PRD.

Relativamente às eclusas declarou que vai ser uma obra que terá que ser corrigida de acordo com os efeitos que se vierem a verificar e que foi só nesse sentido que lançou o seu alerta. Daí não entender as críticas efectuadas à sua declaração, que foi feita com o espírito construtivo que o Presidente



*Flores*  
*Aveiro*  
*ms*

da Câmara no início da reunião assinalou.

Concluindo, afirmou que a sua bancada estará sempre atenta para tecer as críticas construtivas que entender serem necessárias, por muito que custe à bancada do CDS.

PONTO Nº. 2 - DETERMINAR O NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA: - Sobre a matéria em epígrafe, tomou a palavra o Presidente da Câmara para, nos termos legais, apresentar proposta no sentido de que seja fixado em três o número de Vereadores em regime de permanência. Fundamentando aquela proposta, salientou que a Câmara de Aveiro, dada a sua dimensão, tem absoluta necessidade de ter três Veradores em regime de permanência.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Joaquim Mendonça para solicitar esclarecimentos sobre se, dos três Vereadores em regime de permanência, algum será destacado para os Serviços Municipalizados, tendo o Presidente da Câmara respondido afirmativamente.

Ainda no uso da palavra, declarou que a Câmara e a Assembleia deverão ter em conta o alerta transmitido pelo Vogal Joaquim Mendonça relativamente à problemática da protecção dos edifícios altos contra os efeitos do incêndio.

Também no uso da palavra, o Vogal Faria dos Santos manifesta a sua concordância quanto à proposta apresentada e solicitou, ainda, esclarecimentos relativamente à existência do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara, nomeadamente quanto à sua composição e encargos.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Rocha Andrade para, na sua primeira intervenção no novo mandato desta Assembleia, saudar todos os seus membros, e declarar toda a sua disponibilidade e lealdade para colaborar quer nos seus trabalhos quer para com a Câmara sem, contudo, deixar de afirmar que também manifestará a sua crítica sempre que tal se justifique.

Sobre a proposta apresentada declarou que, sendo a Câmara de Aveiro uma grande empresa e no âmbito dos seus serviços integre uma outra grande empresa, que são os Serviços Municipalizados, deve ser gerida, tanto quanto possível, por profissionais. Assim manifestou o seu total apoio à proposta apresentada, esperando que os Vereadores que não estejam a tempo inteiro possuam uma disponibilidade suficientemente grande para prestar todo o apoio à Câmara.

Mais perguntou se foram já distribuídas tarefas ou pelouros quer pelos Vereadores a tempo inteiro quer pelos restantes.

Sobre as questões colocadas, o Presidente da Câmara informou que a Lei prevê que o Presidente constitua um Gabinete de Apoio Pessoal por um

*Horiz*  
*Santos*

Assessor e por um Secretário, sendo este o único cargo até agora preenchido. Satisficou, ainda, que deveriam também os Vereadores a tempo inteiro beneficiar de tal processo.

Sobre o problema da distribuição de tarefas deu nota dos processos adoptados e declarou que, embora ainda não tenham sido efectivamente distribuídas, está em curso a sua concretização.

No seguimento das informações prestadas, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo perguntou se não está no espírito da Câmara criar um gabinete específico para atendimento diário dos municípes, a exemplo do que já se verifica noutras Câmaras.

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por salientar ser aquele um dos grandes dramas dos membros da Câmara de Aveiro dada a grande afluência de municípes ao sector da Presidência. Para disciplinar um pouco o sistema informou que estão designados, teoricamente, dias próprios para atendimento dos municípes, que na prática não resulta, bem como está criada uma recepção que, embora ainda não funcione em pleno, há esperança de que venha a resultar em pleno.

Deu, ainda, nota da criação de um Gabinete de Imprensa para o melhor relacionamento e informação dos acontecimentos e de um Gabinete de Design.

Submetida à votação, a proposta apresentada mereceu aprovação por unanimidade.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Libério Santos.

PONTO Nº. 3 - ELEIÇÃO DE ENTRE OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA DISTRITAL:-  
Por proposta do Presidente, foram os trabalhos interrompidos por um período de cinco minutos.

Retomados os trabalhos, foram designados para escrutadores os Vogais Carlos Jerónimo e José Carlos Neves.

Efectuada a votação, verificou-se o seguinte resultado:-  
-VOTOS ENTRADOS - trinta; VOTOS BRANCOS: - Dez; Fernando Augusto de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Cacia) - dezanove votos; Artur José Lopes Lobo /Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz) - um voto.

Assim, face ao resultado acima referido, foi eleito para representante deste Órgão na Assembleia Distrital o Vogal Fernando Augusto de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Cacia.

PONTO Nº. 4 - DETERMINAR O NÚMERO E A COMPENSAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO: - Sobre a matéria supra mencionada, usou da palavra o Presidente da Câmara para submeter

à consideração da Assembleia Municipal uma proposta no sentido de que seja determinado que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados seja composto por três membros durante o mandato agora iniciado e que mantenham o direito à compensação através da atribuição de senhas de presença às reuniões. Mais referiu que a proposta assenta nos termos legais vigentes.

Tomando a palavra, a Vogal Maria António Pinho e Melo perguntou se o Vereador em regime de permanência beneficiará da compensação através de senhas de presença, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que só beneficiarão da referida compensação os restantes.

Submetida à votação, a proposta apresentada pela Câmara mereceu aprovação por vinte e nove votos a favor e uma abstenção.

PONTO Nº. 5 - DELIBERAR SOBRE A INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL: - Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para defender a tese de que deve ser instituído o Conselho Municipal, órgão a que já pertenceu e cuja existência se justifica pelo trabalho já desenvolvido.

Também no uso da palavra, o Vogal Jorge Nascimento começou por afirmar desconhecer qual tem sido o comportamento daquele órgão no concelho de Aveiro. Mais referiu que, embora já tenha ouvido referências positivas sobre o seu trabalho, entende que nem sempre os seus pareceres são apoiados e tecnicamente fundamentados, bem como tem tido conhecimento de que aquele órgão é muitas vezes motivo de embargo ao bom andamento dos trabalhos da Assembleia. Assim, face às dúvidas que subsistem, dado ser aquele órgão de instituição facultativa, dado que o mesmo não funciona em diversos concelhos, declara que reserva o seu sentido de voto de acordo com o decorrer o debate que gostaria de ver mais alargado.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para dar nota das dúvidas que subsistem no seu espírito. Contudo pensa que se devem conduzir, o mais possível, os cidadãos e as associações a participar na discussão dos problemas do seu concelho.

Dada a forma extraordinariamente vaga como a lei o define, talvez fosse aquele um motivo para que se não permitisse que um órgão consultivo como é o Conselho Municipal, seja impedidor do bom funcionamento dos trabalhos da Assembleia, mas que, por outro lado fosse reforçante do bom funcionamento deste órgão.

Assim, salvaguardada a ideia de que se possa constituir um órgão que, por ser consultivo e pesado, capaz de determinar paragens no bom

funcionamento dos trabalhos da Assembleia, e desde que a sua instituição venha dignificar, como vem concerteza, as associações que o encabeçam, sairão reforçadas e significativamente melhoradas as decisões aqui tomadas. Assim, e desde que sejam conseguidos os pressupostos referidos, aquele Vogal declarou que o seu Grupo apoiará a sua instituição.

Em complemento às declarações tecidas, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo salientou que não só nunca os trabalhos da Assembleia foram bloqueados pelo Conselho Municipal como inclusivamente os seus pareceres têm sido extremamente úteis para apreciação dos assuntos em debate neste orgão.

Imediatamente a seguir, usaram da palavra os Vogais Rocha Andrade, Joaquim Mendonça, José Luís Cristo, Carlos Jerónimo/ tendo todos enaltecido o valimento do Conselho Municipal.

Dadas as dúvidas levantadas, o Vogal Jorge Nascimento apresentou requerimento no sentido de que fossem os trabalhos interrompidos para uma melhor análise do problema.

Dado o adiantado da hora e face à subsistência de dúvidas, o Presidente declarou encerradas a presente reunião, comunicando, ainda, que o debate continuará na próxima reunião.

Por proposta do Presidente, foi deliberado, por unanimidade, que todas as actas sejam aprovadas em minuta, nos termos legais.

Eram zero horas e quarenta e cinco minutos do dia dezanove.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários, nos termos legais.

Wacimbrun

Quares

Jorge Nascimento